

XXIX Congresso Internacional da ALAS
30 de setembro a 04 de outubro de 2013. Santiago – Chile
Grupo de Trabalho nº 02: Cidades Latino-americanas no novo milênio

**CAMINHOS DO CONCRETO VIVIDO NA CIDADE DE BARÃO DE MELGAÇO –
MATO GROSSO.**

Selton Evaristo de Almeida Chagas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IFMT Campus Rondonópolis
Mato Grosso, Brasil
e-mail: selton.chagas@roo.ifmt.edu.br

Resultado de investigación finalizada

Resumo

O *locus* dessa pesquisa é a cidade de Barão de Melgaço, localizada na região pantaneira de Mato Grosso. Seu objeto consiste em compreender facetas da vida urbana desenvolvida nesta cidade, analisando as relações interurbanas e urbano-rurais realizadas por seus moradores, e as representações que estes apresentam sobre a cidade. Movimentos que se relacionam a processos que se desenrolam em outras escalas (regional, nacional, global). Realizou-se pesquisa histórica, documental, além de entrevistas e questionários com uma amostra de moradores da cidade. Com o olhar de perspectivas da sociologia, geografia e antropologia urbana para o fenômeno urbano, procura-se entender estas dinâmicas que convergem na perspectiva de vislumbrar faces do urbano a partir da aproximação da apreensão desse concreto vivido pelos seus moradores.

Palavras-chave: Barão de Melgaço, espaço urbano, concreto vivido.

1. Introdução

As discussões deste trabalho, originárias de pesquisa teórica, histórica e documental e em campo, realizadas entre os anos de 2009 e 2011, apresentam algumas discussões produzidas acerca das relações intraurbanas e interurbanas desenvolvidas pelos moradores da cidade de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso, situada na porção norte do Pantanal brasileiro.

A pesquisa baseou-se no levantamento de dados sobre a cidade e o município em órgãos oficiais, pesquisa bibliográfica sobre cidades, rede urbana, relações campo-cidade e cidade-cidade. Foram realizados questionários e entrevistas com uma amostra de moradores da cidade, com o objetivo de identificar no discurso dos moradores dados significativos que direcionam a compreensão de um *concreto vivido* de suas práticas sociais urbanas. Tal interpretação permite a aproximação de um olhar de perto e dentro sobre a/na cidade. Para Magnani (2002) este olhar pode ser capaz de reconhecer os arranjos nativos descrevendo-os e trabalhando-os num plano mais geral, identificando seus termos e articulando-os em sistemas de relações. Permite um novo arranjo das concepções do nativo sobre sua realidade, diferente das que o pesquisador encontrou quando iniciou a pesquisa. Compreende a reorganização de dados inicialmente percebidos como soltos que carrega marcas do nativo e do pesquisador. Amplia os horizontes de análise dessas relações sociais para além das perspectivas iniciais do pesquisador e de seus dados quantitativos, tendo também o conteúdo da interpretação do concreto vivido.

Neste trabalho procurou-se aproximar-se deste concreto vivido a partir do levantamento e interpretação das relações entre a cidade e o campo e com outras cidades. Aqui não se compreende o espaço urbano como fechado em si próprio, com uma cultura própria e uma história própria. Ele está conectado com os demais espaços em que seus habitantes e os agentes produtores do espaço. Entender essas interrelações com a hinterlândia rural e com outras cidades apontam para uma reflexão mais completa e complexa sobre a própria produção de seu espaço, e sobretudo, sua realização/não-realização no atendimento das necessidades básicas, culturais ou simbólicas de seus moradores. Esse olhar *de perto e de dentro* também pode ser pensado a partir de um olhar para as representações sociais dos moradores sobre a/da cidade.

Minayo (1994) afirma que as representações sociais são “imagens construídas do real”. Estas imagens são elaboradas na relação dos indivíduos em seu grupo social, na ação do espaço coletivo comum a todos, realizando-se diferente da ação individual (Araújo, 2005). Para Araújo (2005, p. 03), o espaço público é o lugar onde o grupo social pode desenvolver e sustentar seus saberes sobre si próprios, saberes consensuais, ou seja representações sociais. Moscovici (1978) em sua clássica abordagem sobre a teoria das representações sociais afirma que os indivíduos, reunidos em grupos sociais elaboram um conjunto de informações consensuais sobre a realidade social a qual estão inseridos.

Tendo em vista essas orientações teóricas e metodológicas, propõe-se interpretar essas “imagens do real” a partir das informações obtidas dos moradores da cidade de Barão de Melgaço acerca da análise das representações dos moradores acerca de si próprios e da cidade, das trocas que realizam dentro da própria cidade, com sua hinterlândia rural e com outras cidades.

Para conseguir essas dimensões da vida urbana em Barão de Melgaço, este trabalho está dividido nas seguintes seções: a) constituição histórica da cidade e do município; b) análise das relações interurbanas, intraurbanas e urbano-rural desenvolvidas pelos

moradores; c) representações acerca da cidade e da vivência em Barão de Melgaço.

2. Olhares históricos sobre o município e a cidade

Segundo Magnani (2002), estudos sobre cidades e o fenômeno urbano geralmente apontam duas abordagens. A primeira aponta os aspectos desagregadores da vida urbana, tais como colapso do sistema de transporte, as deficiências do saneamento básico, a falta de moradia, a concentração e desigual distribuição dos equipamentos, o aumento dos índices de poluição, da violência. A segunda disserta sobre cenários marcados por uma feérica sucessão de imagens, resultado da superposição e conflitos de signos, simulacros, não-lugares, redes e pontos de encontro virtuais. Para o autor, estas duas visões, comuns aos estudos das grandes metrópoles e cidades globais, levam a conclusões semelhantes no plano da cultura urbana: “deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a conseqüente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência etc” (Magnani, 2002, p. 02).

Ao analisar as cidades somente nestas perspectivas corre-se o risco de não perceber o *conteúdo* sócio-cultural das práticas desenvolvidas pelos seus moradores, entremeadas aos movimentos e direcionamentos da sociedade de mercado capitalista que se dá nas dimensões local, regional e global.

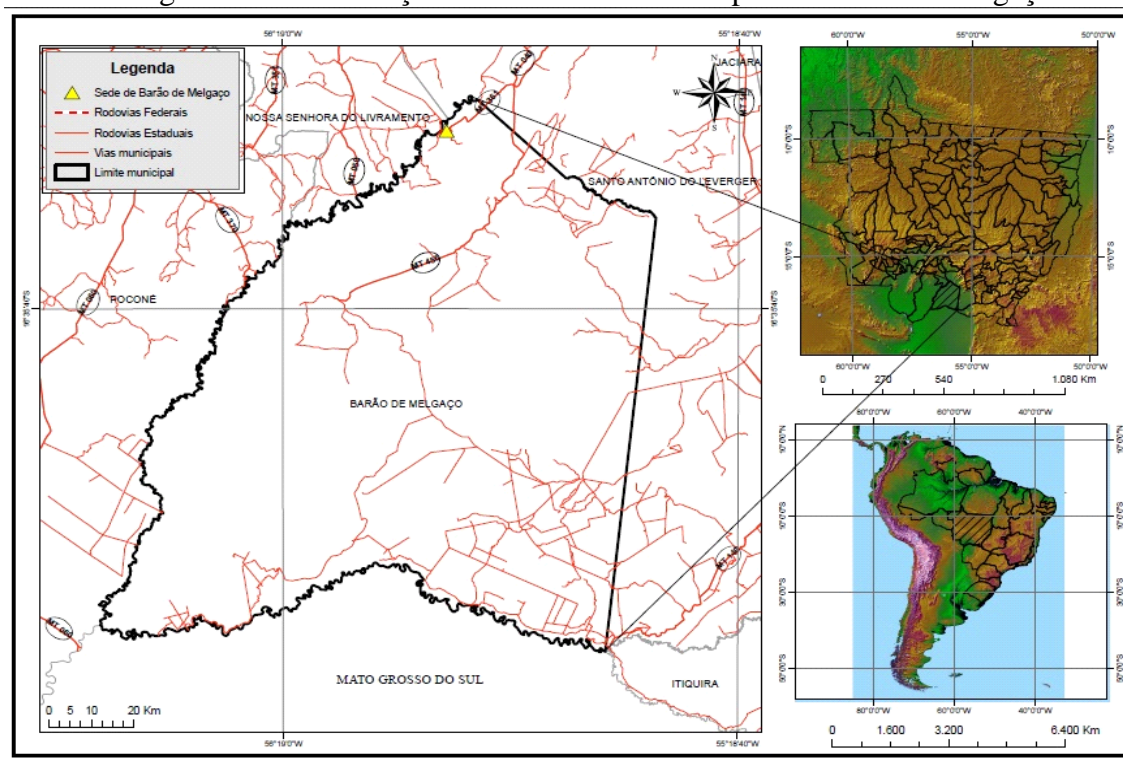
Neste conteúdo está presente a história e a cultura dessa população. Para Carlos (2009), o espaço urbano, além de produto social e histórico, possibilita as condições e os meios de reprodução da sociedade, no qual homens e mulheres são compreendidos como sujeitos, em suas vidas, valores, cultura, lutas, ansiedades e projetos (Carlos, 2009, p. 89). Desse modo, compreender algumas especificidades do espaço urbano de Barão de Melgaço remete à necessidade de realizar levantamentos de processos históricos que corroboraram a conformação territorial, cultural, política e econômica do município, em relação a processos que se desenrolam em outras escalas (regional, nacional, global). Sendo assim, é no levantamento da formação histórica da cidade e de sua população que se procurarão os primeiros caminhos para compreensão deste *conteúdo* social das práticas urbanas.

O município de Barão de Melgaço está situada no sudoeste do Estado de Mato Grosso, abrangendo extensa parte da planície pantaneira, com uma área de 11.219,8 Km². Faz fronteiras com os municípios de Poconé, Santo Antônio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Cáceres, Itiquira e Corumbá em Mato Grosso do Sul. Integra a mesorregião do Centro-Sul Mato-Grossense e a microrregião do Alto Pantanal, juntamente com os municípios de Poconé, Cáceres e Curvelândia. A cidade, sede do município, está situada no extremo norte do território municipal, e está localizada a 120 quilômetros de distância da capital do estado, Cuiabá.

De acordo com o último Censo Demográfico realizado no Brasil pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010 o município apresenta 7591 moradores, sendo 4169 na área rural e 3422 no núcleo urbano. Esse critério demográfico, de acordo com o estudo REGIC (Região de Influência das Cidades) caracteriza Barão de Melgaço como um centro local, com atuação restrita ao seu próprio núcleo urbano e entorno rural. No entanto, para compreender o conteúdo social inerente à essa atuação, há necessidade de se verificar a densidade de relações com outras centralidades (rurais e urbanas), bem como sua posição da cidade na rede urbana. Tais processos podem ser

levantados a partir de uma análise histórica de elementos que corroboraram a formação e consolidação de seu espaço urbano.

Figura 01 – Localização da cidade e do município de Barão de Melgaço



In: Chagas, 2011, p. 47.

A origem da ocupação colonial do território do município está relacionada ao povoamento da região conhecida como “rio Cuiabá Abaixo”, ocorrido no século XVIII, com o processo de espacialização ocorrido no entorno das minas de ouro de Cuiabá. O ouro seria o principal motivo da vinda dos luso-americanos para esta “parte mais central da América do Sul” (Rosa, 2003).

Por toda a planície pantaneira, a criação de rebanho bovino foi uma das principais atividades econômicas e atuante na ocupação do território pela Coroa Portuguesa. A introdução de gado das espécies *vacum* e *cavalar* nessa região foi facilitado pela existência de pastagens nativas (Higa & Higa, 2002, p. 85). Barão de Melgaço teve sua estrutura fundiária atual em definição neste contexto, com base em grandes propriedades, constituída a partir das sesmarias colossais doadas no século XVIII. Desenvolveram-se também pequenas roças com o cultivo de gêneros agrícolas de manutenção (principalmente feijão, milho e cana-de-açúcar), a atividade pesqueira e os primeiros engenhos de cana-de-açúcar, para o consumo local e comércio com as navegações que entrecruzavam o Pantanal.

Da colonização oficial da região do rio Cuiabá Abaixo, originam-se as populações rurais ribeirinhas que ocuparam as margens do rio Cuiabá nos atuais limites do município até a primeira metade do século XX. Estas populações rurais, que formaram as comunidades tradicionais ribeirinhas do rio Cuiabá foram formadas principalmente por: a) populações negras libertas após a abolição da escravidão – sem terras ou sem possibilidades de adquiri-las, instalando-se às margens do rio Cuiabá, combinando atividades agrícolas

com a pesca (Da Silva & Silva, 1995); b) populações indígenas residentes na região do rio Cuiabá Abaixo; c) colonos oriundos da ocupação europeia no Pantanal que passam a construir suas vidas às margens dos rios da bacia do rio Cuiabá.

Pode-se afirmar, que estas populações que se instalaram no interior do Pantanal apresentam elementos da “cultura rústica” brasileira, conforme Diegues e Arruda (2001). Para estes autores, no modelo de “cultura rústica”, as famílias são unidades de produção e consumo que, por intermédio de relações de ajuda baseadas na reciprocidade (na práticas do “mutirão”, nas festas religiosas) se articulam entre si em estruturas frouxas, porém abrangentes, constituindo-se em “bairros rurais”. (Diegues & Arruda, 2001, p. 30).

Para Cândido (1997, p. 67), o bairro rural é a unidade espacial e simbólica que reúne famílias conjugais em um grupo de vizinhança, para trabalhos de ajuda mútua – serviços coletivos como o mutirão (derrubadas de árvores, cultivo, colheita, trabalhos de estrada, construção de casas e açudes) – e festejos religiosos locais, sem a necessidade de uma divisão administrativa. Pode-se afirmar que essa organização territorial constituída pelas populações rurais e ribeirinhas tradicionais no Pantanal de Mato Grosso (em especial na atual área de Barão de Melgaço) apresentam uma formação numa estrutura semelhante ao “bairro rural” trabalhado pelos autores. A própria denominação utilizada pelos moradores para identificar esses bairros rurais - “comunidades” - indicam o caráter tradicional das populações que habitam essa região.

As populações rurais tradicionais desenvolveram relações econômicas, culturais e simbólicas com os rios, por serem localizadas nas adjacências do rio Cuiabá e seus afluentes. Essas populações convivem com as mudanças periódicas das condições ambientais do Pantanal, em função da variação temporal do nível d’água, que estabelece as fases de enchente, cheia, vazante e estiagem, conforme o ciclo anual das águas na região (Da Silva & Silva, 1995).

A lida com o gado, introduzida pelo colonizador do século XVIII, também caracteriza as relações de vida e trabalho de populações tradicionais que trabalham nas grandes fazendas do Pantanal ou então de pequenos pecuaristas que usufruem de terras comunais, como ocorre atualmente no distrito de Joselândia, município de Barão de Melgaço.

A abertura (1864) e reabertura da navegação no rio Paraguai (1870) promoveu a intensificação das atividades econômicas na região pantaneira, com destaque para as atividades extrativistas vegetais do látex, poaia ou ipecacuanha, erva-mate (para exportação) e minerais, como o ouro e diamante em toda a região pantaneira e na região do rio Acima, e a ampliação da atividade pecuária e das primeiras indústrias ligadas a esse setor, charqueadas e saladeiros. Essas mudanças favoreceram o domínio político-econômico dos usineiros de açúcar e aguardente, que formaram uma importante parte da elite agrária mato-grossense do período. Nesse contexto, foram sendo construídas as condições socioeconômicas necessárias para a criação da Vila de Melgaço (1897), implementada através da ação política do usineiro Antônio Paes de Barros (Chagas, 2011).

No final do século XIX, o núcleo urbano de Barão de Melgaço passa a ter uma considerável importância para as comunidades rurais, como local de comercialização e troca da produção rural e outras relações que se estabelecem com a sede, tornando-se necessário para a vida social e econômica destas populações. Muitos dos moradores ribeirinhos passaram a construir suas vidas no incipiente núcleo urbano de Melgaço e em seu entorno, comercializando produtos agrícolas e animais com os navios que cruzavam o rio Cuiabá no itinerário Cuiabá-Corumbá.

Neste contexto, a navegação pelo rio Cuiabá e a comercialização de produtos locais, caracterizam-se como importantes atividades econômicas que movimentaram a cidade de Barão de Melgaço. Nas áreas localizadas nas margens do rio Cuiabá eram realizados plantios de culturas como a cana-de-açúcar (predominante), arroz, feijão, milho, mandioca e hortaliças. No que se refere à pesca, essa atividade econômica é relatada como de subsistência até a década de 1950, pela “falta de mercado consumidor próximo para o produto fresco e transporte frigorífico para sua exportação” (IBGE, 1958, p. 77). Esse período de intensa navegação fluvial transformou a antiga sesmária de Melgaço em uma importante vila do rio Cuiabá até a década de 1920, quando as indústrias açucareiras perdem espaço no mercado nacional.

Durante o século XX o estado de Mato Grosso passou por contundentes processos de ocupação e colonização de terras localizadas em sua porção norte, desenvolvidos principalmente através políticas oficiais de expansão da fronteira agrícola (como a Marcha para o Oeste e a ocupação da Amazônia das décadas de 1960-70). Não se verifica essa ocupação no território do município de Barão de Melgaço, já que a estrutura fundiária do Pantanal de Mato Grosso já havia sido definida desde a colonização inicial europeia, já estando nas mãos de proprietários particulares, seja de grandes fazendeiros, e dos moradores das comunidades e vilas ribeirinhas.

Durante as décadas de 1970-80, a atividade pesqueira foi sendo conformada como uma importante atividade econômica comercial na cidade de Barão de Melgaço, constituindo-se nos moldes das relações de mercado capitalistas. A pequena agricultura familiar continua a ser importante, sobretudo para a economia das populações ribeirinhas e pantaneiras, entretanto não é alvo de políticas de Estado para fomento e expansão, como fora, por exemplo, na ocupação e colonização do norte de Mato Grosso.

Esse levantamento histórico é fundamental para entender os direcionamentos históricos das práticas culturais e comerciais da população que desde o período colonial ocupou e construiu suas vidas na região do rio Cuiabá Abaixo. Esse modo de vida “tradicional” está nas relações sociais desenvolvidas na cidade, com a hinterlândia rural e nos arranjos interurbanos desenvolvidos pelos moradores da cidade. Ele também está presente seja representações sociais dos moradores sobre si próprios e a cidade, seja na relação cidade-campo nos intercâmbios com outras cidades.

3. Articulações cidade-campo

Para compreender as relações cidade-campo, durante a pesquisa de campo realizada questionou-se os entrevistados residentes na cidade quanto aos deslocamentos periódicos que realizavam para a área rural circundante, bem como a presença de laços de parentesco, de propriedade rural e outros que caracterizassem o vínculo com a hinterlândia rural do município. Entender tais movimentos conflui no objetivo de entender a concretude da vida neste espaço urbano, pois demonstra dinâmicas espaciais, econômicas e simbólicas que são produzidas na/pela cidade que estão presentes no cotidiano vivido na cidade.

A maior parte dos moradores da cidade de Barão de Melgaço desloca-se para a área rural semanal ou quinzenalmente, geralmente com a finalidade de visitar parentes e realizar trabalho agrícola. A totalidade de moradores nascidos em Barão de Melgaço que foram entrevistados nesta pesquisa apresentam parentes residindo no campo, sendo que alguns possuem propriedade na área rural circunvizinha.

Deve-se considerar um intenso fluxo de pescadores que adentram nas embarcações

rumo à atividade pesqueira pelos rios, córregos e baías do interior do Pantanal. Essa condição reafirma sua posição como um importante centro local perante as localidades rurais de seu entorno.

O movimento inverso, de pessoas do campo para a cidade de Barão de Melgaço, pode ser observado nos momentos de realização da pesquisa. Durante a pesquisa de campo, verificou-se com frequência a presença de pequenos produtores que vendem seus produtos na cidade. Durante as festas de santo realizadas pelas famílias dos moradores da cidade nota-se também um considerável fluxo de moradores do campo para a área urbana. Assim como também se pode perceber o intenso movimento no porto, de moradores do de áreas ribeirinhas que vão para a cidade para receber pagamentos (aposentados, pensionistas, funcionários públicos) e para realizar de compras no comércio local.

Ao observar este intenso trajeto no cais da cidade, é possível entender a essencial importância que o rio Cuiabá apresenta seja nas relações de trabalho, como recurso de transporte, símbolo de identidade e nas representações ambientais e simbólicas desenvolvidas pelos moradores para com a cidade. O rio é a cidade. A cidade é o rio.

Pode-se entender a intensa articulação entre moradores da cidade para o campo como resistências do modo de vida tradicional. Estes deslocamentos de moradores da cidade para o campo, e no sentido inverso, realizam-se preponderantemente semanal e quinzenalmente geralmente com o objetivo de visitar parentes, e frequentar e/ou trabalhar na propriedade rural. As relações entre moradores do núcleo urbano e das comunidades tradicionais ribeirinhas são originárias do período de formação do núcleo urbano de Barão de Melgaço, no qual o movimento de moradores entre o campo e a cidade indica a presença de relações entre a população rural e urbana.

Mesmo com a predominância de atividades comerciais e de prestação de serviços na sede urbana de Barão de Melgaço e a desagregação de considerável parcela da pequena produção agrícola na segunda metade do século XX, as articulações entre cidade e campo atualmente constituem-se como resistências de um modo de vida tradicional rural, baseada em relações de parentesco. Resistências estas que estabelecem um relativo *continuum* entre os espaços da cidade e os espaços do campo nos usos e na identidade social desses moradores.

4. Relações Interurbanas

Os intercâmbios com outros espaços urbanos admitem-se como uma importante referência do viver urbano em Barão de Melgaço. Historicamente, as relações interurbanas desenvolvidas por Barão de Melgaço são principalmente relacionadas com a capital do Estado, Cuiabá. Desde o período das navegações pelo rio Cuiabá até o momento presente, os deslocamentos de moradores de Barão de Melgaço para a capital consolidam uma forte ligação histórico-cultural entre essas cidades.

Os dados da pesquisa empírica realizada em 2011 apontam que a maior parte dos deslocamentos interurbanos realizados pelos moradores destinam-se para Cuiabá, sendo os principais motivos respectivamente: serviços de saúde, visita a parentes, compras, lazer, transações bancárias, trabalho e estudos. Estes deslocamentos tendem a ocorrer mensal ou esporadicamente, pois as principais necessidades do cotidiano, tais como compras de alimentos, roupas e demais materiais de consumo acontecem no próprio comércio local. No entanto, a insuficiência de serviços públicos básicos na cidade, obriga a população a

deslocar-se para Cuiabá na busca pelo atendimento do serviço necessitado.

A existência de relações de parentesco entre moradores de Barão de Melgaço e Cuiabá construídas ao longo do intercâmbio histórico entre essas cidades constituem-se como importante fundamento nos deslocamentos para a capital, o que revela que a articulação entre esses centros urbanos se espalha para além de relações vinculadas à prestação de serviços.

Oliveira (2006) afirma que enquanto o poder, a riqueza e a produção são projetados para o mundo, a experiência, a vivência, a cultura e a história estão enraizadas nos lugares. Com base nesse argumento, a conformação da identidade de Barão de Melgaço está também situada nessas articulações realizadas entre cidade-campo, campo-cidade e cidade-cidade, no qual se observam práticas sociais tradicionais – traços estes de uma população que possui suas origens fincadas no próprio processo de colonização do Pantanal de Mato Grosso, e que agregam estes espaços, em meio às transformações nas relações de produção empreendidas em cada contexto histórico. Estes traços de uma população “tradicional” persistem, seja nas relações interurbanas desenvolvidas com Cuiabá, seja nas relações com o meio rural e nas relações de trabalho.

5. Representações dos moradores sobre a cidade

Há uma vasta literatura na Geografia e Antropologia Urbana que poderia compreender cidades como Barão de Melgaço como uma “cidade de pequeno porte”, “cidade pequena”, “cidade local” ou “pequena cidade”. Barão de Melgaço se constitui em uma centralidade na rede urbana restrita ao seu espaço urbano e às comunidades rurais adjacentes, dependendo da maior parte dos serviços prestados e ofertados pela cidade de Cuiabá. Bem como possui uma população urbana reduzida em comparação aos demais centros urbanos de sua proximidade.

Partindo de uma perspectiva de análise cultural, cidades com estas características poderiam guardar uma maior densidade das relações de pessoalidade entre seus moradores, visto a proximidade espacial, simbólica e histórica de seus moradores na produção de suas vidas. Para Silva (2000), a pessoalidade é uma forte marca do que se considera como “pequena cidade”. E esta pessoalidade que geralmente exerce um controle muito eficaz sobre os membros de sua coletividade, onde “não se deve transgredir as regras culturais, ‘não se pode causar falatório na cidade’”.

Essa pessoalidade foi identificada em um trabalho anterior (Chagas, 2007) onde se verificou que na relação de trabalho desenvolvida na atividade pesqueira na cidade muitos pescadores não admitem ou não compreendem serem “exploradores” pelos seus patrões, conforme a análise marxista das relações de trabalho capitalistas. Diferentemente das relações de trabalho impessoais, objetivas, em que patrão e empregado assinam um contrato que expõe os direitos e deveres de ambas as partes – sob a perspectiva da razão instrumental –, entre pescadores e armadores parece haver até mesmo uma relação de companheirismo que mascara as relações de exploração existentes.

Retomando a questão das “pequenas cidades” para fugir a generalizações e reproduções de senso comum acerca deste conceito, deve-se atentar para uma análise que parte de um olhar que englobe os movimentos dos diversos agentes produtores do espaço urbano, os jogos de interesses e as relações de poder envolvidas nesta produção do espaço. Estes agentes constituem-se em diferentes grupos sociais, com distintos interesses, como os

proprietários de terras, movimentos sociais locais, poder público municipal, estadual e federal, organizações multinacionais, dentre outros (Oliveira, 1999). Um dentre os diversos caminhos teórico-metodológico possíveis para compreender tais facetas é a interpretação das representações que seus moradores têm da cidade e de si próprios enquanto moradores e agentes sociais urbanos.

Durante a pesquisa de campo, no intento de vislumbrar algumas destas representações foram feitas as seguintes questões: “O que falta na cidade?”; “Tem vontade de se mudar de Barão de Melgaço?”; “O que o poder público municipal pode fazer para melhorar a cidade?”; “E a população?”. As respostas a essas questões permitiram verificar algumas representações elaboradas pela população sobre a cidade.

Na questão “O que falta na cidade”, observa-se que os três principais pontos levantados especificam problemas na cidade: atendimento à saúde, emprego e educação superior e tecnológica. Os moradores também citaram a ausência de responsabilidade do poder público, de infra-estrutura urbana, de lazer, de saneamento básico, de incentivo ao turismo, de segurança. Verifica-se que o problema da saúde, citado como um dos principais motivos do deslocamento para Cuiabá aparece aqui como a principal reivindicação da população entrevistada. Essa reivindicação da população consiste em uma necessidade de investimento de serviços de saúde na cidade, já que a realização de viagens a Cuiabá para atender essa necessidade são onerosas, dificultando o acesso à saúde, sobretudo, à parcela mais carente da população da cidade. A demanda por emprego aparece citada por considerável parcela dos entrevistados.

No questionamento “Tem vontade de mudar da cidade”, a maior parte dos entrevistados afirmou não querer se mudar de Barão de Melgaço, revelando como motivos a “tranquilidade” e o “gostar da cidade” como as principais razões para o não-desejo de mudança. Ao interpretar o item “gostar da cidade” Percebe-se que este pode estar impregnado de impressões, sentimentos e valores que estão no bojo das relações de vizinhança e parentesco que consistem como importante alicerce social das relações tradicionais desenvolvidas e construídas historicamente em Barão de Melgaço.

A tranquilidade, apontada por vários entrevistados como um dos fatores que não os faz desejarem mudar de cidade, de acordo com o senso comum, é considerada uma das principais características das pequenas cidades. Percebe-se uma referência à grande cidade, como Cuiabá, que estaria impregnada de violência, tráfico de drogas, trânsito caótico, grandes deslocamentos, entre outros atributos, que não dizem respeito à calma e tranquilidade que uma pequena cidade do interior possuiria.

Endlich (2006) ao mencionar a questão da tranquilidade em uma cidade pequena, relaciona essa característica ao ritmo de vida urbano, que teria predicativos diferenciados em relação às áreas metropolitanas, sobretudo no que se refere à locomoção pela cidade. A autora afirma que o ritmo da vida na cidade deve ser analisado a partir das relações de trabalho desenvolvidas, para compreender-se a o poder de *imposição* desse ritmo.

Em uma pequena cidade, as menores distâncias percorridas entre a casa e o trabalho possibilitariam que os trabalhadores aproveitassem mais seu tempo, para realizar atividades que lhes fossem prazerosas. No entanto, a fim de analisar o contexto das relações de trabalho na cidade, assim como as práticas culturais aí desenvolvidas, deve-se buscar entrelaçar esses aspectos à compreensão do termo tranquilidade.

Apesar da referência à tranquilidade, devem-se analisar as pequenas cidades inseridas como espaços sujeitos às crises urbanas que ocorrem nas cidades em geral. Ao longo da pesquisa, os entrevistados citaram que o tráfico de drogas, a prostituição e os

acidentes na estrada aumentaram na cidade nos últimos anos. Desse modo, deve-se analisar com ressalvas o conceito de tranqüilidade, devendo contextualizá-lo e, sobretudo relacioná-lo às práticas culturais, relações de trabalho e às representações dos moradores que a vivenciam e que se queixam de seu desaparecimento.

Em relação ao questionamento sobre “O que o poder público pode fazer para melhorar a situação dos problemas da cidade” a maior parte dos entrevistados afirmou genericamente a necessidade de responsabilidade dos representantes do poder público para com a cidade, e especificamente a necessidade de solucionar a assistência à saúde na cidade.

Ao serem questionados quanto à responsabilidade da população em relação aos problemas apresentados, percebe-se que a necessidade de reivindicação popular perante o poder público e a ausência de mobilização social foram as alternativas mais apontadas pelos entrevistados. Percebe-se então, que as responsabilidades da população da cidade perante os problemas citados, de acordo com as respostas obtidas, restringem-se à cobrança das autoridades públicas, ou a ausência desta. Não houve por parte dos moradores entrevistados referência à ação de movimentos sociais organizados em Barão de Melgaço que lutassem pela melhoria das condições de vida na cidade.

Ribeiro (1996) ao discutir a constituição da urbanidade discorre quanto à necessidade de educação da população para a organização de movimentos sociais. Segundo Endlich (2006) a constituição da urbanidade em um espaço geográfico se dá com o “rompimento com a existência de espaços sem cidadãos, ou de espaços conduzidos de forma alheia aos interesses da sociedade local, enquanto meros locais de reprodução da força de trabalho” (Endlich, 2006, p. 416). Os aspectos adotados pelas autoras para discutir a urbanidade convergem para a perspectiva política marxista quanto às possibilidades da emancipação humana na sociedade capitalista – como negação da alienação imposta pela divisão social do trabalho e a constituição do proletariado em “classe para si”.

De acordo com as representações dos entrevistados, transpostas em suas respostas, verifica-se que em Barão de Melgaço o questionamento dos encaminhamentos das autoridades públicas quanto aos problemas da cidade caminha em conjunto com a ausência de maior participação política pela população, ou pela carência de ação política dos moradores locais.

A referência a esses mecanismos locais de participação política são ressaltados por Endlich (2006) como necessários ao processo de apropriação coletiva da escala local e da conquista da urbanidade. Para a autora, “mais do que os resultados trazidos pelas decisões tomadas, importam os processos vivenciados e a politização decorrente, recuperando o que faz de uma aglomeração verdadeiramente uma cidade, isto é, sua dimensão política” (p. 311). Apesar de haver necessidade de pesquisas que aprofundem a participação política dos moradores de Barão de Melgaço na vida política local, a não-referência a movimentos sociais e a relevância da ausência de movimentação política pelos entrevistados são importantes fatos a serem considerados.

Considerações Finais

Este trabalho procurou apresentar alguns resultados da pesquisa de campo realizada na cidade de Barão de Melgaço, dissertando acerca dos movimentos que os moradores realizam da cidade para o campo e para outras cidades, e também das representações que

estes tem de si próprios e da cidade quando convidados a refletir sobre sua condição de morador e de agente social nesta cidade.

Percebeu-se que seja na análise das representações, bem como dos deslocamentos realizados pelos moradores, que algumas características são evidentes na compreensão de análises da vida urbana em Barão de Melgaço. Primeiramente a presença de “resquícios” ou resistências dos modos de vida tradicionais, construídos historicamente no processo de formação territorial da região conhecida como “rio Cuiabá Abaixo”. Traços dessa “tradicionalidade” existem na identidade construída pelos moradores com a própria cidade, a área rural, bem como com cidades como Cuiabá, no qual esses laços são fortalecidos pela presença de parentes em comunicação freqüente.

A complexa relação dos moradores com a política local, no qual identificam problemas de administração relacionados aos gestores locais e ao mesmo tempo verificam a não-reivindicação da população perante os mesmos. Este é um assunto que merece outras pesquisas para análises sociológicas ou políticas, pois este modelo de relação Estado-sociedade não é próprio de Barão de Melgaço e nem de “cidades pequenas”: são práticas e reflexões sobre a ação política presentes na cultura política de considerável parcela da sociedade brasileira. O que se pode verificar também seja nas respostas objetivas aos questionários e entrevistas, e nas entrelinhas dos momentos de pesquisa, é que muitos moradores ressaltaram a forte existência da pessoalidade entre moradores da cidade e os administradores públicos. Enfocando o ponto anterior dos resquícios dos modos de vida tradicionais, estes adentram na administração pública e em sua relação com a sociedade. Assim, os próprios moradores em suas representações identificam as contradições entre o modo de vida pessoal/tradicional e a necessidade de impessoalidade e imparcialidade na administração pública.

Portanto, as reconfigurações sócio-espaciais e demais transformações dentro do modelo capitalista de produção no qual a cidade vem sendo objeto e agente podem ser compreendidas tendo em vista algumas destas reflexões acerca do *concreto vivido*, ou vivenciado por seus moradores, que deve levar em consideração, além dos modos de vida tradicionais construídos historicamente, as relações ambientais desenvolvidas histórica e culturalmente desenvolvidas por estes com o Pantanal, que está intrinsecamente relacionado às suas relações de trabalho (como no caso da pesca) e à sua identidade como moradores de Barão de Melgaço, ou moradores “pantaneiros”. Considerações deste *conteúdo social* que precisam ser consideradas na formulação de políticas públicas urbanas que tenham objetivo de melhorias da vida da população que vêm histórica e continuamente (re)construindo seu(s) espaço(s) urbano(s).

Bibliografia

- Araújo (2005). M. C. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. *Revista Hospitalidade*. São Paulo. Ano V, n. 02, jul-dez 2008.
- Cândido, A (1997). *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: 34.
- Carlos, A. F. A. (2009) *A Cidade*. (8ª ed). São Paulo: Contexto, 2009.

- Chagas, S. E. A. (2007) *Nas redes de Barão: arranjos sociais e estratégias de famílias de pescadores em Barão de Melgaço-MT*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- Chagas, S. E. A. (2011). *Nos caminhos da pequena cidade: relações interurbanas e com o meio rural em Barão de Melgaço, Pantanal de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá.
- Da Silva, C. J. & Silva, J. A. F. (1995). *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo. NUPAUB/USP,
- Endlich, A M. (2009). *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo: Unesp,
- Higa, N. T. & Higa, T. C. C. S. (2002) Pantanal mato-grossense: aspectos fundiários e dinâmica populacional no município de Barão de Melgaço. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. V. 60. Cuiabá.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1958) *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. XXXV Volume. Rio de Janeiro. p. 74-77.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). *Região de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <[#http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios.php?caminho=../pub/Censos#](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios.php?caminho=../pub/Censos)> Acesso em 15/12/2012.
- Magnani, J.R.C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19. N. 49. São Paulo.
- Minayo, M. C. S. (1994). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: Guareschi, P. A. e Jovchelovitch, S. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. A representação social e a psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Oliveira, J. A. (1999). As Pequenas cidades amazônicas: Espaços Perdidos e Reencontrados. In: Damiani, A. L., Carlos, A. F. A. & Seabra, O. C. L. (orgs.). *O Espaço no Fim do Século: A Nova Raridade*. 1ª ed. São Paulo: Contexto.
- Oliveira, J. A. (2006). A cultura, a cidade e os rios na Amazônia. *Ciência e Cultura*. V. 58, N. 03. São Paulo.
- Ribeiro, A. C. T. (1996). *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro. Jobran.
- Rosa, C. A. (2003). O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, C. A. & JESUS, N. M. (orgs). *A Terra da Conquista: história de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Editora

Adriana.

Silva (2000). J. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. *Revista de história regional*. Ponta Grossa, Vol. 5, Nº 2.